



DO BANCO ESCOLAR AO PODER PÚBLICO: OS DESAFIOS CURRICULARES PARA A REPRESENTAÇÃO LGBTQIA+

Eixo Temático *CORPOS QUEER QUE TRANSITAM NO/COM OS CURRÍCULOS*

Maria Thaís de Oliveira Batista¹
Priscila Nunes Brazil²
Belijane Marques Feitosa³

RESUMO

Este artigo explora a invisibilidade de pessoas LGBTQIA+ em espaços de poder, analisando os desafios que essas comunidades enfrentam para alcançar representatividade em diferentes esferas, como política, economia e cultura. A pesquisa examina as barreiras estruturais e sociais que perpetuam a marginalização de identidades queer, incluindo estigmas sociais, preconceitos e a falta de políticas públicas inclusivas. Além disso, o artigo propõe estratégias de resistência e mobilização que têm sido adotadas por ativistas e grupos LGBTQIA+ para desafiar a normatividade e promover a inclusão. Ao discutir a importância da representação em espaços de poder, o estudo destaca como a visibilidade das identidades LGBTQIA+ pode impactar positivamente a formulação de políticas e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Invisibilidade; Representação; Poder; LGBTQIA+.

INTRODUÇÃO

A visibilidade de pessoas LGBTQIA+ em espaços de poder é uma questão crucial no contexto contemporâneo, onde a luta por direitos e reconhecimento social continua a desafiar normas estabelecidas e estruturas de opressão. Apesar dos avanços

¹ Doutoranda em Educação (PPGE/UFPE). Pedagoga (UFCG). Professora da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas Religiosidades, Educação, Memórias e Sexualidades (CNPq/UFPE) e o Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação, Linguagem e Práticas Sociais (GIEPELPS) (CNPq/UFCG). E-mail: professoramariathaisdeoliveira@gmail.com.

² Doutoranda em Linguagem e Ensino (PPGLE/UFCG). Licenciada em Letras - Língua Portuguesa (UFCG). Integra o Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação, Linguagem e Práticas Sociais (UFCG/CNPq) e o Grupo de pesquisa Linguagem, Interação e Cultura (GELInC/UFCG). E-mail: prinunesbra31@gmail.com.

³ Doutora em Educação (PPGE/UFS). Professora da Universidade Federal de Campina Grande (CFP/UFCG). Integra o Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação, Linguagem e Práticas Sociais (GIEPELPS) (CNPq/UFCG) e o Grupo de estudos e pesquisas queer e outras epistemologias feministas (CONQUEER) (CNPq/UFS). E-mail: belimare.pb@gmail.com.



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade



significativos nas últimas décadas, gênero, saúde e sustentabilidade. O reconhecimento entre pessoas do mesmo sexo e a inclusão de direitos de gênero em legislações em várias partes do mundo, a realidade é que muitos indivíduos e comunidades LGBTQIA+ ainda enfrentam uma invisibilidade persistente em esferas decisórias. Essa invisibilidade não é apenas uma questão de representação, mas também um reflexo de desigualdades históricas e sociais que relegam essas identidades a um espaço marginal.

A marginalização de pessoas LGBTQIA+ é alimentada por uma combinação de preconceitos, estigmas sociais e a ausência de políticas públicas que reconheçam e abordem suas especificidades. Isso se manifesta em diversas áreas, como política, onde a sub-representação de vozes LGBTQIA+ resulta em decisões que não refletem suas necessidades e demandas, e no mercado de trabalho, onde a discriminação pode limitar o acesso a oportunidades e recursos. Assim, a invisibilidade de indivíduos LGBTQIA+ em espaços de poder perpetua um ciclo de exclusão e vulnerabilidade, tornando-se uma barreira significativa à construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e equitativa.

Neste contexto, o presente artigo se propõe a investigar os desafios enfrentados por pessoas LGBTQIA+ em busca de representatividade e as estratégias que têm sido implementadas para reverter esse cenário. Ao analisar casos de resistência e mobilização, busca-se evidenciar como a luta por visibilidade e inclusão pode não apenas impactar a vida de indivíduos LGBTQIA+, mas também contribuir para uma mudança social mais ampla, que desafie normas opressivas e promova a diversidade em todas as suas formas. Por meio deste estudo, espera-se contribuir para um entendimento mais profundo das dinâmicas de poder que moldam a experiência de pessoas LGBTQIA+ e propor caminhos para a construção de espaços mais justos e representativos.

HISTÓRICO DE INVISIBILIDADE DE PESSOAS LGBTQIA+

A invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ é uma questão histórica e sociocultural que se estende por séculos. Desde os primórdios da civilização, as diversas expressões de sexualidade e identidade de gênero foram moldadas por normas culturais, políticas e religiosas que muitas vezes marginalizaram e silenciaram essas vozes. Esse histórico de invisibilidade pode ser compreendido através de algumas fases significativas que



Na Antiguidade e na Idade Média, em várias culturas, como as civilizações grega e romana, existiam espaços de aceitação para práticas homossexuais e relações entre pessoas do mesmo sexo. Contudo, com a ascensão do cristianismo e a institucionalização de dogmas religiosos, a sexualidade foi rigidamente regulada, e práticas que não se conformavam à heteronormatividade passaram a ser criminalizadas e demonizadas. Esse período marca o início de uma longa história de repressão, onde a homossexualidade e outras identidades não conformes foram associadas ao pecado e à criminalidade.

No século XIX e início do século XX, o desenvolvimento das ciências sociais e da medicina trouxe uma nova compreensão sobre sexualidade. Entretanto, essa nova abordagem muitas vezes reforçou a patologização da homossexualidade. Em 1869, a palavra "homossexual" foi utilizada pela primeira vez, mas, simultaneamente, movimentos de criminalização e condenação de pessoas LGBTQIA+ se intensificaram. As teorias de Freud, por exemplo, apresentaram uma visão ambivalente que, embora reconhecesse a homossexualidade como parte da sexualidade humana, também a colocava como uma forma de desenvolvimento psicológico "anômala".

A década de 1960 e o início dos anos 1970 marcaram um ponto de virada, com o surgimento de movimentos de libertação sexual que questionavam a invisibilidade e a opressão das identidades LGBTQIA+. O evento de Stonewall, em 1969, é frequentemente considerado o catalisador para o movimento moderno pelos direitos LGBTQIA+, onde pessoas se levantaram contra a violência policial e a discriminação. A partir desse momento, as questões de visibilidade e representação começaram a ganhar espaço nas discussões sociais e políticas.

No entanto, apesar de avanços significativos nas últimas décadas, como a despatologização da homossexualidade pela Organização Mundial da Saúde em 1990 e a luta por direitos civis e reconhecimento legal em muitos países, a invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ persiste em vários contextos. A marginalização continua em espaços políticos, econômicos e sociais, refletindo a necessidade de um compromisso contínuo para a promoção da inclusão e da igualdade.

Em suma, o histórico de invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ é um tema complexo que abrange séculos de opressão, resistência e luta por reconhecimento. Para

IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero e Saúde e Sustentabilidade

garantir que as vozes dessa comunidade sejam respeitadas, é fundamental abordar as estruturas sociais que perpetuam a marginalização e promover uma cultura de inclusão e aceitação. Essa história não deve ser apenas um relato do que foi, mas um chamado à ação para construir um futuro onde a diversidade sexual e de gênero seja celebrada e integrada na sociedade.

DESAFIOS ESTRUTURAIS À REPRESENTAÇÃO LGBTQIA+

A invisibilidade de pessoas LGBTQIA+ em espaços de poder é um fenômeno que se entrelaça com questões mais amplas de desigualdade social e discriminação. Para entender as barreiras que impedem a plena representatividade dessa comunidade, é crucial analisar a estrutura de poder vigente e suas implicações.

Michel Foucault (1982), em seu trabalho sobre poder e conhecimento, argumenta que as relações de poder estão presentes em todos os aspectos da sociedade, moldando a maneira como as identidades são construídas e percebidas. Ele destaca que as instituições sociais, incluindo o Estado, desempenham um papel central na manutenção de normas que marginalizam certos grupos, incluindo pessoas LGBTQIA+. Essa marginalização resulta em uma ausência de vozes LGBTQIA+ em decisões que afetam diretamente suas vidas, perpetuando um ciclo de exclusão.

Judith Butler (1990), em "Gender Trouble", aborda a performatividade de gênero, desafiando a noção de que gênero é uma característica fixa. Ela argumenta que as normas de gênero são construídas socialmente e que a resistência a essas normas é fundamental para a luta por direitos. A luta LGBTQIA+ por reconhecimento e representação pode, portanto, ser vista como um ato de resistência contra essas normas opressivas. Butler sugere que a visibilidade é uma forma de subversão, enfatizando a importância de dar voz a identidades marginalizadas.

Além disso, a teoria interseccional de Kimberlé Crenshaw (1989) complementa essa discussão, destacando como diferentes formas de opressão interagem e afetam a vida de indivíduos LGBTQIA+. Crenshaw argumenta que as experiências de discriminação não podem ser compreendidas isoladamente, mas devem ser analisadas em conjunto com outras identidades, como raça, classe e gênero. Essa abordagem interseccional revela como as barreiras à representatividade LGBTQIA+ são ainda mais complexas para aqueles que pertencem a múltiplas identidades marginalizadas.



A combinação das análises de Gênero, Saúde e Sustentabilidade de Crenshaw fornece um entendimento mais profundo das estruturas que sustentam a invisibilidade de pessoas LGBTQIA+. Essa compreensão é essencial para desenvolver estratégias eficazes que promovam a inclusão e a equidade em espaços de poder.

ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO E RESISTÊNCIA

As estratégias de mobilização e resistência desempenham um papel crucial na luta pela representação e visibilidade de pessoas LGBTQIA+ em espaços de poder. Essas ações são essenciais para enfrentar a discriminação, desafiar normas opressivas e promover mudanças sociais. Vários autores e teóricos têm contribuído para a compreensão dessas estratégias e suas implicações.

Uma das abordagens teóricas que fundamenta essa discussão é a teoria da performatividade, proposta por Judith Butler em seu livro *Bodies That Matter* (1993). Butler sugere que a resistência é uma forma de subversão das normas de gênero e sexualidade, enfatizando que as identidades são construídas por meio de práticas sociais. A repetição dessas práticas pode, portanto, ser transformativa. Nesse contexto, manifestações de orgulho LGBTQIA+, paradas do orgulho e outros eventos de visibilidade funcionam como formas de performatividade que desafiam as normas tradicionais e promovem a aceitação e o reconhecimento.

A mobilização coletiva é outra estratégia fundamental na luta pelos direitos LGBTQIA+. Grupos organizados, como a Aliança Nacional de Grupos LGBTQIA+ (National LGBTQ Task Force) e a Human Rights Campaign nos Estados Unidos, exemplificam como a formação de redes de apoio pode levar a mudanças significativas. Esses grupos utilizam campanhas de conscientização, lobby político e mobilização comunitária para promover políticas inclusivas e apoiar indivíduos LGBTQIA+ em suas lutas pessoais. Tilly e Tarrow (2015) argumentam que a mobilização coletiva é uma resposta a situações de injustiça, unindo indivíduos em torno de uma causa comum.

Além disso, a mídia desempenha um papel crucial na promoção da visibilidade LGBTQIA+. David Marshall (1997) argumenta que a representação na mídia pode influenciar a percepção pública e moldar as normas sociais. A presença de personagens LGBTQIA+ em filmes, séries e programas de televisão contribui para a desmistificação de estereótipos e para a aceitação das diversidades. Campanhas publicitárias que

IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

incluem pessoas LGBTQIA+ e históricas, reforçando a necessidade de uma representação mais inclusiva.

Por fim, o advocacy para a inclusão de pessoas LGBTQIA+ em políticas públicas é uma estratégia de resistência significativa. Organizações como a GLAAD (Gay & Lesbian Alliance Against Defamation) e a ILGA (International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association) trabalham para promover legislação que proteja os direitos LGBTQIA+, enfrentando a discriminação e buscando garantir igualdade em várias esferas, como saúde, educação e trabalho. Este trabalho é vital para assegurar que as vozes LGBTQIA+ sejam ouvidas em espaços onde decisões cruciais são tomadas.

IMPACTO DA INVISIBILIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ em espaços de poder tem um impacto significativo nas políticas públicas, afetando diretamente a formulação, implementação e eficácia das políticas que devem atender a essa população. Esse fenômeno é multidimensional, manifestando-se em diversas esferas, incluindo saúde, educação, segurança e direitos civis.

Um dos efeitos mais diretos da invisibilidade é a falta de representação nas discussões políticas e na elaboração de leis que visem proteger os direitos e promover a igualdade de oportunidades para as pessoas LGBTQIA+. Segundo o relatório da Human Rights Campaign (2018), a ausência de vozes LGBTQIA+ nas mesas de decisão frequentemente resulta em políticas que não consideram as necessidades e desafios específicos dessa comunidade. Isso cria um ciclo de exclusão, onde as políticas não são desenhadas para atender às realidades enfrentadas por indivíduos LGBTQIA+, perpetuando a discriminação e a marginalização.

A invisibilidade também contribui para a falta de dados e pesquisas que abordem as questões LGBTQIA+. De acordo com a American Psychological Association (2012), a ausência de dados desagregados sobre sexualidade e identidade de gênero em pesquisas nacionais e estaduais dificulta a identificação de necessidades específicas e a avaliação da eficácia das políticas existentes. Sem evidências concretas, é desafiador criar intervenções baseadas em necessidades reais, o que resulta em políticas genéricas que não abordam a complexidade das experiências vividas por pessoas LGBTQIA+.



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero e Sustentabilidade



Além disso, a invisibilidade de gênero, a não implementação de políticas públicas, especialmente em áreas como saúde e educação. Um estudo de McBride et al. (2018) destaca que, em muitos sistemas de saúde, a falta de treinamento específico para profissionais sobre as necessidades de saúde da população LGBTQIA+ leva à prestação inadequada de serviços. Isso pode resultar em barreiras no acesso a cuidados de saúde essenciais, exacerbando problemas de saúde mental e física entre os indivíduos LGBTQIA+.

Finalmente, a invisibilidade nas políticas públicas também se reflete nas representações sociais e culturais. Foucault (1978) discute como o poder e o conhecimento estão interligados, e a falta de visibilidade contribui para a estigmatização e desumanização de pessoas LGBTQIA+. A ausência de políticas que abordem a educação sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas perpetua estereótipos prejudiciais e limita o entendimento das crianças e jovens sobre a diversidade humana.

Em síntese, o impacto da invisibilidade nas políticas públicas é profundo e abrangente, resultando em uma série de desafios que afetam a vida cotidiana das pessoas LGBTQIA+. Para que as políticas públicas sejam efetivas e inclusivas, é fundamental que a visibilidade e a representação dessa população sejam priorizadas nas esferas política, social e cultural.

AVANÇOS E DESAFIOS: A PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS LGBTQIA+ NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

A participação de pessoas LGBTQIA+ no cenário político brasileiro tem evoluído significativamente nas últimas décadas, refletindo uma luta contínua por direitos e reconhecimento. Historicamente, a invisibilidade e a marginalização desse grupo se manifestaram na escassez de representantes em posições de poder e na falta de políticas públicas que atendam às suas demandas. Contudo, com a mobilização social e a luta por direitos civis, exemplos de sucesso têm emergido, evidenciando a importância da diversidade na política.

A participação de pessoas LGBTQIA+ na política brasileira começou a ganhar destaque especialmente a partir dos anos 2000, quando o movimento de direitos civis se organizou de maneira mais eficaz. Um marco importante foi a criação do Grupo Gay da Bahia (GGB) em 1980, que se destacou por relatar e denunciar a violência contra



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileira Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade



Essa ação ajudou a elevar as questões LGBTQIA+ na agenda política nacional.

Um exemplo notável de sucesso na representação política foi a eleição de Jean Wyllys, o primeiro deputado federal assumidamente gay do Brasil, em 2010. Wyllys se destacou na Câmara dos Deputados não apenas por sua identidade, mas também por sua defesa fervorosa dos direitos LGBTQIA+ e pela luta contra a homofobia. Sua presença trouxe uma nova visibilidade às questões LGBTQIA+, gerando debates importantes sobre diversidade e direitos humanos.

Além disso, a aprovação da Lei Maria da Penha em 2006 foi um marco que, embora focado na violência contra a mulher, também abriu espaço para discutir a violência de gênero em um sentido mais amplo, incluindo a violência contra pessoas LGBTQIA+. Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo, um avanço significativo que culminou na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2011 que permitiu o casamento igualitário no Brasil. Essas mudanças legais são reflexo de uma luta coletiva que busca garantir direitos básicos e fundamentais a todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Mais recentemente, a Política Nacional de Saúde Integral da População LGBTQIA+ foi implementada em 2018, reconhecendo a importância de atender às necessidades específicas dessa população na área da saúde, incluindo ações de prevenção de doenças e promoção da saúde mental. Essa política demonstra um reconhecimento crescente da diversidade e da necessidade de políticas inclusivas.

Outros exemplos de sucesso incluem a eleição de Erika Hilton, em 2020, que se tornou a primeira mulher trans a assumir uma cadeira na Câmara Municipal de São Paulo. Sua atuação tem sido crucial na promoção de políticas voltadas para a igualdade de gênero, saúde e direitos humanos. Além disso, David Miranda, eleito em 2018, é um ativista LGBTQIA+ e ex-jornalista que representa a bancada da diversidade, lutando por justiça social e direitos para todos os cidadãos.

Esses exemplos ilustram a importância da representação política e das políticas públicas inclusivas na promoção dos direitos da população LGBTQIA+. Apesar dos avanços, ainda há um longo caminho a percorrer, e a luta por visibilidade e igualdade continua a ser um desafio essencial no Brasil.



A inclusão das pessoas LGBTQIA+ em espaços de poder e nas políticas públicas é um tema de crescente relevância e complexidade nas discussões contemporâneas sobre direitos humanos e igualdade social. Compreender as perspectivas de inclusão requer uma análise das dinâmicas sociais, culturais e políticas que moldam a visibilidade e a representação dessa população, assim como a identificação de direções futuras para a promoção de uma sociedade mais equitativa.

Um dos principais caminhos para a inclusão é o fortalecimento da representação política das pessoas LGBTQIA+. Autores como Crenshaw (1989) enfatizam a importância da interseccionalidade, que reconhece que as experiências das pessoas são moldadas por múltiplas identidades e formas de opressão. Para promover a inclusão efetiva, é crucial que as políticas públicas considerem essas interseccionalidades e criem espaços para a participação ativa das vozes LGBTQIA+. Isso pode ser alcançado através da criação de conselhos consultivos ou comitês que incluam representantes da comunidade LGBTQIA+, garantindo que suas necessidades e preocupações sejam ouvidas e abordadas.

A educação é outro pilar fundamental para a inclusão. Investir em programas de formação que abordem a diversidade sexual e de gênero nas escolas e nas instituições públicas pode ajudar a combater a discriminação e a fomentar um ambiente mais inclusivo. Segundo o relatório da UNESCO (2012), a educação inclusiva não apenas beneficia as pessoas LGBTQIA+, mas também promove a tolerância e o respeito entre todos os alunos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa. É essencial que os currículos escolares integrem temas de diversidade e que os educadores recebam capacitação para lidar com questões relacionadas à sexualidade e identidade de gênero.

Além disso, as políticas públicas devem ser respaldadas por dados empíricos que reflitam as realidades vividas pelas pessoas LGBTQIA+. A coleta de dados desagregados sobre sexualidade e identidade de gênero em censos e pesquisas sociais é crucial para entender as necessidades específicas da população. Estudos como o de Berenstein (2018) demonstram que políticas baseadas em evidências têm maior probabilidade de serem eficazes e de promover a equidade. Portanto, fomentar uma



Por fim, a colaboração entre diferentes setores da sociedade civil, governo e organizações não governamentais pode impulsionar iniciativas inovadoras voltadas à inclusão das pessoas LGBTQIA+. Projetos que promovem o empoderamento econômico, a saúde mental e o bem-estar da população LGBTQIA+ têm mostrado resultados positivos em várias comunidades. O trabalho conjunto pode resultar em campanhas de sensibilização, ações afirmativas e programas de suporte que abordem as desigualdades enfrentadas por essa população.

Em conclusão, as perspectivas de inclusão das pessoas LGBTQIA+ nos espaços de poder e nas políticas públicas exigem um comprometimento coletivo e multifacetado. Ao priorizar a representação, a educação, a pesquisa e a colaboração, é possível construir um futuro em que a diversidade seja celebrada e as vozes de todos sejam ouvidas e respeitadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo explorou a invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ em espaços de poder, destacando os desafios enfrentados por essa população e as estratégias de resistência e mobilização que têm sido implementadas ao longo do tempo. A análise de como essa invisibilidade impacta as políticas públicas e as direções futuras para a inclusão revela a necessidade urgente de um compromisso coletivo para promover a diversidade e a equidade em todos os níveis da sociedade.

As discussões abordadas ao longo do texto enfatizam que a invisibilidade não é apenas uma questão de representação, mas está profundamente enraizada em estruturas sociais, culturais e políticas que perpetuam a marginalização. A luta pela visibilidade e pela inclusão deve ser uma prioridade nas agendas políticas, educacionais e sociais. Para isso, é imprescindível a participação ativa das pessoas LGBTQIA+ na formulação de políticas que afetam suas vidas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas.

Além disso, as instituições educacionais têm um papel fundamental na construção de uma cultura de respeito e aceitação. A inclusão de temas relacionados à diversidade sexual e de gênero nos currículos não apenas educa, mas também prepara as futuras gerações para uma convivência mais harmoniosa e respeitosa. A educação deve



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

ser um espaço seguro onde todos possam expressar-se livremente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, possam expressar-se livremente.



Ademais, a coleta de dados desagregados e a realização de pesquisas que abordem as questões LGBTQIA+ são essenciais para compreender as realidades e necessidades dessa população. Políticas públicas informadas por evidências têm maior probabilidade de serem eficazes e de atender às demandas específicas dos indivíduos marginalizados.

Por fim, é importante reconhecer que a inclusão das pessoas LGBTQIA+ nos espaços de poder e na sociedade como um todo é uma responsabilidade compartilhada. A colaboração entre o governo, organizações da sociedade civil, academia e as próprias comunidades LGBTQIA+ é fundamental para o desenvolvimento de iniciativas que realmente promovam a igualdade e a justiça social. Somente através de esforços conjuntos e contínuos será possível superar as barreiras da invisibilidade e construir um futuro onde a diversidade seja valorizada e celebrada.

As reflexões e propostas apresentadas neste artigo visam contribuir para a construção de um caminho mais inclusivo e equitativo, reforçando que a luta pela visibilidade e pelos direitos das pessoas LGBTQIA+ é, em última análise, uma luta por dignidade humana e justiça social.

REFERÊNCIAS

BERENSTAIN, N. Criando Políticas Baseadas em Evidências para Comunidades LGBTQ+: Um Chamado por Dados. **Social Service Review**, v. 92, n. 3, p. 436-458, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos que Importam: Sobre os Limites Discursivos do "Sexo"**. Nova York: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e a Subversão da Identidade**. Nova York: Routledge, 1990.

CRENSHAW, Kimberlé. **Desmarginalizando a Interseção de Raça e Gênero: Uma Crítica Feminista Negra da Doutrina Antidiscriminatória, Teoria Feminista e Políticas Antirracistas**. University of Chicago Legal Forum, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

CRENSHAW, Kimberlé. Mapeando a Interseccionalidade. Políticas de Identidade e Violência contra Mulheres de Cor. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1989.

FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade**, Volume 1: A Vontade de Saber. Nova York: Vintage Books, 1982.

FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade**, Volume 1: A Introdução. Nova York: Vintage Books, 1978.

HUMAN RIGHTS CAMPAIGN. **O Estado da Igualdade LGBTQ nos EUA**. 2018. Disponível em: <https://www.hrc.org> .

MARSHALL, David. Democracia, Cultura e Comunicação: O Papel da Mídia na Esfera Pública. In: **O Companheiro Routledge para Estudos de Mídia e Ativismo**. Nova York: Routledge, 2015.

McBRIDE, K. R. et al. A Importância da Competência LGBTQ no Cuidado com a Saúde: Uma Revisão da Literatura. **American Journal of Public Health**, 2018. DOI: 10.2105/AJPH.2018.304680.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. **Performances Contenciosas**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

UNESCO. **Respostas do Setor Educacional ao Bullying Homofóbico**. 2012. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000216179> .